

Processo RO-01731-1999-004-18-00-3

Julgado em 26/10/2001

Publicado em 23/11/2001 no Diário da Justiça do Estado de Goiás

PROCESSO TRT/GO/RO-92/2000 - 4ª Vara do Trabalho de Goiânia

RELATOR: Juiz OCTÁVIO JOSÉ DE MAGALHÃES DRUMMOND MALDONADO

REVISOR: Juiz HEILER ALVES DA ROCHA

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADOR: José Marcos da Cunha Abreu

RECORRIDO: COLÉGIO EMBRAS LTDA.

ADVOGADOS: Robson Peter Barcelos Nogueira e outros

EMENTA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Considerando que foi constatada, por meio de inquérito civil, a adoção de procedimento patronal contrário à legislação trabalhista, o que importou supressão de verbas salariais com evidente lesão aos direitos sociais constitucionalmente assegurados, deve a empresa ser responsabilizada pelos danos sociais causados. Impõe-se, assim, o acolhimento do pedido de indenização reversível ao FAT postulado na exordial.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em Sessão Ordinária, por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Juiz RELATOR. Ausência ocasional e justificada dos Juízes SAULO EMÍDIO DOS SANTOS, Presidente, e BRENO MEDEIROS (convocado).

Goiânia, 23 de outubro de 2001. (data do julgamento)

Juiz PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO PRESIDENTE DO JULGAMENTO

Juiz OCTÁVIO J. DE M. DRUMMOND MALDONADO RELATOR

Drª JANE ARAÚJO DOS SANTOS VILANI PROCURADORA-CHEFE DA PRT-18ª REGIÃO

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RECORRIDO: COLÉGIO EMBRAS LTDA.

I - RELATÓRIO

Vistos os autos.

Pelo v. acórdão de fls. 195/208, este Egrégio Tribunal conheceu dos recursos interpostos pela partes, rejeitando as preliminares argüidas pelo réu e deu provimento ao recurso do Ministério Público do Trabalho, para afastar a preliminar de ilegitimidade ativa em relação ao pedido de indenização reversível ao FAT, decorrente de danos sociais emergentes, determinando o retorno dos autos à origem para sua apreciação.

A MM. 4ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO, pela r. sentença de fls. 248/251, julgou improcedente o pedido de indenização por danos sociais.

O d. Ministério Público do Trabalho veicula recurso ordinário, objetivando a reforma do v. *decisum* para que seja o réu condenado ao pagamento de indenização por danos sociais emergentes causados aos trabalhadores (fls. 254/260).

Foram apresentadas contra-razões pelo reclamado (fls.263/267).

Considerando a sua condição de autor da presente ação, o d. Ministério Público do Trabalho já oficiou, às fls. 184, pela desnecessidade de emissão de parecer, motivo pelo qual não se determinou o retorno dos autos à d. Procuradoria Regional do Trabalho.

É, em síntese, o relatório.

II - VOTO

1. Admissibilidade

Preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do recurso.

2. Mérito.

Alega o autor que requereu na inicial a condenação do réu nos seguintes termos:

"pagamento de indenização no valor mínimo de R\$ 27.200,00 - 40 empregados x 1 salário mínimo, vezes cinco – período imprescrito, a ser apurado em liquidação, como forma de ressarcimento dos danos sociais emergentes causados aos trabalhadores, indenização esta reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT;"

Sustenta que, quando do primeiro julgamento, o MM. Juízo a quo entendeu não ter o Ministério Público legitimidade para o referido pleito.

Acrescenta que, quando da apreciação do recurso por ele interposto, esta Egrégia Corte considerou que o desrespeito ou a lesão aos direitos sociais constitucionalmente assegurados caracteriza-se, no presente caso, como um procedimento empresarial genérico, e não um ato isolado, tendo em vista que não se refere a apenas um ou alguns empregados, constituindo uma conduta reiterada da empresa, de modo a atingir os interesses sociais de uma coletividade, impondo-se o reconhecimento da legitimidade do d. Ministério Público para defendê-los.

Assevera que, todavia, o MM. Juízo de origem julgou improcedente o pedido, por entender não provado o dano social, bem como que a soma dos danos individuais dos trabalhadores e dos terceiros prejudicados deveria ser buscado pela via processual própria.

Ressalta que se o d. Juízo a quo, na primeira decisão, a qual foi confirmada por este E. Tribunal, julgou procedente a presente ação civil pública, à exceção do pedido de indenização, é lógico e indubitado que entendeu-se que houve o dano social e que tal dano restou cabalmente provado, tanto que o pedido constante do item 2 da exordial, foi julgado procedente.

Informa que no referido pleito requereu a condenação do recorrido em obrigações de fazer, a saber, contratar empregados somente mediante o registro na CTPS; efetuar em dia o pagamento dos salários e das verbas rescisórias; não proceder ao pagamento de salário com a emissão de nota promissória ou com cheque de terceiros.

Aduz que o descumprimento das referidas obrigações, as quais são legais e sociais, deteriora as relações de trabalho, configurando o dano social.

Salienta que uma vez reconhecido o dano social que é o principal, a procedência do pedido de indenização, que no caso é acessório, torna-se impositiva.

Procede a insurgência do d. *Parquet*.

Consoante já ressaltado no v. acórdão, a indenização em questão não tem por escopo a reparação individual a cada empregado, mas sim a defesa de seus interesses coletivos constitucionalmente assegurados e lesados pela conduta irregular da empresa, da qual decorreu um dano social.

Nesse contexto, foi reconhecida a legitimidade do d. Ministério Público do Trabalho para postular indenização reversível ao FAT, decorrente de danos sociais emergentes.

Por outro lado, concessa venia do MM. Juízo de origem, considerando que a primeira r. sentença julgou procedente o pedido constante da presente ação civil pública, é evidente que entendeu configurados os danos sociais decorrente do descumprimento das normas trabalhistas, condenando o réu nas obrigações de fazer e não fazer postuladas no item 2 da exordial, senão vejamos:

"Restaram incontroversos os fatos narrados na exordial, estando configurado o descumprimento das normas trabalhistas mencionadas.

.....

Face ao exposto, procede o pedido de condenação do Réu às seguintes obrigações de fazer e não fazer, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 por infração e por trabalhador lesado a ser revertida ao FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT ou, em caso de sua extinção ao Fundo gerido pelo Conselho Federal, criado pela Lei nº 9008/95: contratar empregados somente mediante registro na CTPS; efetuar o pagamento em dia dos salários e a tempo e modo das verbas rescisórias e não proceder ao pagamento de salário com a emissão de nota promissória ou com cheques emitidos por terceiros, com fulcro no artigo 11 da Lei 7.347/85 c/c artigo 769 da CLT." (fls. 131/132).

Ademais, como já destacado no v. acórdão, no presente caso o desrespeito ou a lesão aos direitos sociais ocorreu de forma genérica e não individual, posto que não se refere a apenas um ou alguns empregados, constituindo uma prática reiterada da empresa, atingindo, portanto, interesses sociais de uma coletividade.

Considerou-se, assim, que o provimento jurisdicional que se busca através da ação civil pública tem caráter mais amplo, não se referindo à violação de direitos individuais e respectiva reparação, mas sim à ofensa a interesse coletivos de um grupo, tendo por finalidade fazer cessar a conduta empresarial genérica lesiva a tais direitos.

In casu, foi constatada, por meio de inquérito civil (fls. 10/46), a adoção de procedimento patronal contrário à legislação trabalhista, o que importou supressão de verbas salariais com evidente lesão aos

direitos sociais constitucionalmente assegurados, devendo ser responsabilizada a empresa pelo dano social causado.

Logo, uma vez demonstrados de forma contundente os danos sociais decorrente das lesões provocadas pela conduta empresarial genérica lesiva aos direitos dos trabalhadores, a qual, como bem enfatizou o d. Parquet, acarreta deterioração das relações de trabalho, impõe-se o acolhimento do pedido de indenização reversível ao FAT conforme postulado na exordial.

Destarte, dou provimento ao recurso para condenar o réu ao pagamento de indenização no valor postulado na inicial, a ser apurado em liquidação, como forma de ressarcimento dos danos sociais emergentes causados aos trabalhadores, indenização esta reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, conheço do recurso e, no mérito, dou-lhe provimento nos termos da fundamentação.

É o meu voto.

Juiz OCTÁVIO JOSÉ DE MAGALHÃES DRUMMOND MALDONADO
- Relator -

TRT da 18ª Região – 06/08/2010 - Grupo econômico é condenado a pagar R\$ 8 milhões por danos morais coletivos

Processo nº 0001082-82-2010-5-18-0101

As empresas do grupo econômico Vale do Verdão S/A Açúcar e Álcool, situadas nos municípios goianos de Maurilândia e Turvelândia, foram condenadas a pagar indenização por danos sociais no valor de R\$ 8 milhões, a serem revertidos ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Na sentença, o juiz Elias Soares de Oliveira, auxiliar da 1ª Vara do Trabalho de Rio Verde, **reconheceu, de ofício, a prática de “dumping social”, alegando o descumprimento reiterado da legislação trabalhista por parte das empresas integrantes do grupo, ao longo de cinco anos, o que vem causando prejuízo não só aos trabalhadores mas também a toda coletividade.**

O magistrado concluiu que as reclamadas deixaram de pagar a quantia correta relativa às horas dispendidas pelos safristas no percurso de ida e volta do trabalho, as chamadas horas *in itinere*.

Ele justificou a condenação diante da insistência das rés em desprezar os direitos humanos, trabalhistas e comerciais de livre concorrência, já que inúmeros casos da mesma natureza foram julgados contra as empresas do grupo pelo Judiciário Trabalhista. “A contumácia no descumprimento da legislação e a resistência no acatamento das reiteradas decisões judiciais só pode ter uma explicação, qual seja, a redução proposital de custos para ganhar competitividade frente às empresas que cumprem adequadamente a legislação trabalhista”, frisou o magistrado ao explicar a caracterização da prática de dumping social.

O juiz Elias Oliveira ainda ressaltou que o número de ações dessa natureza vem crescendo continuamente, abarrotando a pauta de audiências e sobrecarregando a secretaria da Vara e a contadoria do Foro com uma carga descomunal de trabalho para apuração das diferenças que, embora reconhecidas pelo próprio empregador, nunca foram espontaneamente pagas.

Segundo o julgador, o erário também foi prejudicado pois deixou de receber os tributos incidentes sobre as parcelas não pagas e ainda teve que arcar com as despesas do aparato judicial necessário para solucionar cada ação individualmente ajuizada pelos trabalhadores que ousaram ingressar em juízo.

Assim, a indenização por danos morais coletivos considerou a vantagem econômica que as reclamadas almejavam auferir com sua atitude ilícita. Da decisão, cabe recurso.